

rafael calmon

recursos

nas ações de família
e de sucessões

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO
FAMÍLIAR E SUCESSÓRIO

1ª edição
2024

saraiva  jur

o livro

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	XV
INTRODUÇÃO	XVII
PREFÁCIO	XIV

parte I

a teoria geral dos recursos cíveis	1
1 A TEORIA GERAL DOS RECURSOS CÍVEIS	2
NOÇÕES GERAIS	2
2 OS PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS E SUA RECORRIBILIDADE	5
2.1 OS PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS PROFERIDOS PELOS JUÍZES	5
2.1.1 A sentença	6
2.1.1.1 A sentença como pronunciamento que coloca fim à fase cognitiva do procedimento comum, com fundamento nos arts. 485 ou 487 do CPC	7
2.1.1.1.1 A sentença proferida nos procedimentos especiais	10
2.1.1.1.2 A sentença homologatória	12
2.1.1.2 A sentença como pronunciamento que extingue a execução	15
2.1.1.3 A estrutura da sentença	16
2.1.1.3.1 O relatório	17
2.1.1.3.2 A fundamentação	17
2.1.1.3.2.1 A fundamentação da sentença como instrumento de reforço ao sistema brasileiro de precedentes qualificados	19
2.1.1.3.2.2 Fundamentação adequada x fundamentação inadequada	21
2.1.1.3.2.3 A eficácia pedagógica do art. 489, § 1º, do CPC	24
2.1.1.3.3 O dispositivo	25
2.1.1.3.3.1 Os capítulos de sentença	25
2.1.2 A decisão interlocutória	26
2.1.2.1 A desvinculação a conteúdo e finalidade específicos	27
2.1.2.2 Decisões interlocutórias agraváveis x Decisões interlocutórias inagraváveis	29
2.1.3 O despacho	32
2.1.3.1 Os falsos despachos	33
2.1.4 Os atos omissivos do juiz: o silêncio do órgão julgador como indeferimento por via transversa	34
2.2 OS PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS PROFERIDOS PELOS TRIBUNAIS	35
2.3 OS EFEITOS DOS PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS	37

3	OS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DOS PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS	40
	NOÇÕES GERAIS	40
3.1	OS RECURSOS	41
3.1.1	O conceito de recursos	41
3.1.2	A natureza jurídica dos recursos.....	42
3.1.3	As características dos recursos	42
3.1.3.1	A necessidade de previsão legal específica	42
3.1.3.2	A relativa delimitação subjetiva.....	43
3.1.3.3	A dependência de provocação por uma pessoa interessada.....	44
3.1.3.4	O propósito específico.....	45
3.1.3.5	O caráter incidental.....	45
3.2	OS RECURSOS PREVISTOS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	46
3.2.1	A relação pronunciamentos judiciais x recursos.....	47
4	OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DOS RECURSOS	50
	NOÇÕES GERAIS	50
4.1	DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO	51
4.2	TAXATIVIDADE.....	51
4.3	SINGULARIDADE OU UNIRRECORRIBILIDADE	52
4.4	FUNGIBILIDADE	54
4.5	VOLUNTARIEDADE.....	57
4.6	DIALETICIDADE	57
4.7	PROIBIÇÃO DA REFORMA PARA PIOR (<i>NON REFORMATIO IN PEJUS</i>).....	60
4.8	CONSUMAÇÃO OU NÃO COMPLEMENTARIDADE.....	62
4.9	APROVEITAMENTO OU PRIMAZIA DO MÉRITO RECURSAL.....	63
5	A CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS	64
5.1	RECURSOS INDEPENDENTES E SUBORDINADOS.....	64
5.2	RECURSOS DE FUNDAMENTAÇÃO LIVRE E RECURSOS DE FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA	67
5.3	RECURSOS ORDINÁRIOS E EXTRAORDINÁRIOS (OU EXCEPCIONAIS).....	67
5.4	RECURSOS TOTAIS E RECURSOS PARCIAIS.....	68
6	AS ESPECIFICIDADES DOS RECURSOS NAS AÇÕES DE FAMÍLIA E SUCESSÕES	69
	NOÇÕES GERAIS	69
6.1	A EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO AFETIVA ENTRE AS PESSOAS QUE SE ENCONTRAM EM CONFLITO	70
6.2	AS PARTICULARIDADES DAS NORMAS DE DIREITO DAS FAMÍLIAS E DAS SUCESSÕES	72
6.3	A PRESENÇA DE INCAPAZES E DE PESSOAS VULNERÁVEIS.....	72
6.4	A INDISPONIBILIDADE DO DIREITO EM DISCUSSÃO.....	74

7	JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E JUÍZO DE MÉRITO DOS RECURSOS	76
	NOÇÕES GERAIS	76
7.1	O JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL.....	77
7.2	O JUÍZO DE MÉRITO RECURSAL.....	78
7.3	A DECISÃO QUE ENCERRA O JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE: NATUREZA JURÍDICA, EFICÁCIA E RECORRIBILIDADE.....	79
7.3.1	A decisão de inadmissibilidade de recurso manifestamente inadmissível.....	82
8	OS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS	84
8.1	CABIMENTO E ADEQUAÇÃO.....	85
8.2	TEMPESTIVIDADE.....	86
8.3	REGULARIDADE FORMAL.....	89
8.4	PREPARO.....	90
8.5	LEGITIMIDADE RECURSAL.....	92
8.6	INTERESSE RECURSAL.....	93
8.6.1	O interesse recursal do terceiro.....	94
8.6.2	O interesse recursal do Ministério Público.....	94
8.6.2.1	A intervenção do MP nas ações de família e sucessões.....	95
8.6.2.1.1	A intimação do MP nas ações de família e sucessões.....	96
8.6.2.2	A intervenção do MP nos recursos de família e sucessões.....	97
8.7	INEXISTÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADES COM O DIREITO DE RECORRER.....	100
8.7.1	A desistência do recurso.....	100
8.7.2	A renúncia ao direito de recorrer.....	102
8.7.3	A aceitação da decisão.....	104
8.7.4	Outras incompatibilidades com o direito de recorrer.....	105
9	A COMPETÊNCIA RECURSAL	107
10	OS PRAZOS RECURSAIS	109
	NOÇÕES GERAIS	109
10.1	O MARCO INICIAL DA CONTAGEM DOS PRAZOS PROCESSUAIS.....	110
10.2	A INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA (IMPRESSO E ELETRÔNICO).....	112
10.3	A INTIMAÇÃO PARA CUMPRIMENTO PESSOAL DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL.....	113
11	OS EFEITOS DOS RECURSOS	116
	NOÇÕES GERAIS	116
11.1	O EFEITO OBSTATIVO OU IMPEDITIVO.....	117

11.2	O EFEITO DEVOLUTIVO	118
11.2.1	A amplitude do efeito devolutivo (dimensão horizontal)	118
11.2.2	A profundidade do efeito devolutivo (dimensão vertical)	120
11.3	O EFEITO TRANSLATIVO	121
11.4	O EFEITO SUSPENSIVO	123
11.5	O EFEITO REGRESSIVO	127
11.6	O EFEITO EXPANSIVO	128
11.7	O EFEITO SUBSTITUTIVO	129
11.8	Os EFEITOS INTEGRATIVO, INTERRUPTIVO E INFRINGENTE (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO)	129
11.9	O EFEITO ATIVO	131
12	A TUTELA PROVISÓRIA RECURSAL	132
	NOÇÕES GERAIS	132
12.1	A TUTELA PROVISÓRIA GENÉRICA	133
12.2	A TUTELA PROVISÓRIA RECURSAL: CABIMENTO, REQUERIMENTO E COMPETÊNCIA PARA CONCESSÃO	134
12.2.1	A tutela provisória recursal liminar: o efeito ativo e o efeito suspensivo <i>ope judicis</i>	136
13	OS HONORÁRIOS RECURSAIS	141
	NOÇÕES GERAIS	141
14	A TRAMITAÇÃO DOS RECURSOS NOS TRIBUNAIS	144
14.1	O PROCEDIMENTO RECURSAL	144
14.1.1	A ordem de julgamento dos recursos nos tribunais	145
14.1.2	A distribuição, o encaminhamento e a prevenção do relator	145
14.2	Os PODERES DO RELATOR	146
14.2.1	O deferimento de provas, a análise da tutela provisória e a correção de irregularidades	147
14.2.2	A admissibilidade recursal: entre o conhecimento e o não conhecimento	147
14.3	O JUÍZO DE MÉRITO RECURSAL: ENTRE O PROVIMENTO E O IMPROVIMENTO	148
14.3.1	O julgamento monocrático do recurso: entre o provimento e o improvimento liminares	148
14.3.2	O julgamento colegiado do recurso: a sessão de julgamento	150
14.4	A SUSTENTAÇÃO ORAL	150
14.4.1	A sustentação oral nos recursos de família e de sucessões	152
14.5	O PROSSEGUIMENTO DA SESSÃO DE JULGAMENTO	153
14.6	O PEDIDO DE VISTA E A CONCLUSÃO DO JULGAMENTO	154
14.7	A TÉCNICA DE AMPLIAÇÃO DO COLEGIADO (CPC, ART. 942)	155

os recursos em espécie.....	157
1 OS RECURSOS EM ESPÉCIE.....	158
NOÇÕES GERAIS.....	158
2 A APELAÇÃO.....	160
2.1 CONCEITO E HIPÓTESES DE CABIMENTO.....	160
2.1.1 A apelação contra sentença.....	162
2.1.2 A apelação contra decisão interlocutória.....	162
2.2 O PRAZO DE INTERPOSIÇÃO DA APELAÇÃO.....	164
2.3 A PETIÇÃO INICIAL DA APELAÇÃO: FORMA E CONTEÚDO.....	165
2.4 O PREPARO NA APELAÇÃO.....	166
2.5 O JUÍZO EM QUE É INTERPOSTA E O JUÍZO AO QUAL É REMETIDA A APELAÇÃO.....	166
2.6 O JUÍZO DE RETRATAÇÃO NA APELAÇÃO (EFEITO REGRESSIVO).....	167
2.7 O PROCEDIMENTO DA APELAÇÃO NO TRIBUNAL.....	167
2.8 AS DECISÕES MONOCRÁTICAS PROFERIDAS NA APELAÇÃO.....	167
2.9 OS EFEITOS DA APELAÇÃO E A TUTELA PROVISÓRIA RECURSAL NA APELAÇÃO.....	170
2.10 AS MATÉRIAS TRANSFERIDAS AO TRIBUNAL PELO EFEITO DEVOLUTIVO DA APELAÇÃO.....	172
2.11 AS ESPECIFICIDADES DAS MATÉRIAS DE FAMÍLIA E SUCESSÕES.....	173
2.12 A PRODUÇÃO DE PROVAS NA APELAÇÃO.....	175
2.13 A DECISÃO COLEGIADA DA APELAÇÃO: A SESSÃO DE JULGAMENTO.....	176
2.14 A SUSTENTAÇÃO ORAL NA APELAÇÃO.....	176
2.15 A “TEORIA DA CAUSA MADURA” NA APELAÇÃO: CPC, ART. 1.013, §§ 3º E 4º.....	177
2.16 O FATO SUPERVENIENTE NA APELAÇÃO.....	179
3 O AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	181
3.1 CONCEITO E HIPÓTESES DE CABIMENTO.....	181
3.1.1 Decisões interlocutórias agraváveis e inagraváveis em conformidade com o STJ.....	183
3.1.2 Decisões interlocutórias agraváveis e inagraváveis em conformidade com a literatura.....	186
3.2 O PRAZO DE INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	187
3.3 A PETIÇÃO INICIAL DO AGRAVO DE INSTRUMENTO: FORMA E CONTEÚDO.....	187
3.4 O PREPARO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	189
3.5 O JUÍZO EM QUE É INTERPOSTO E O JUÍZO AO QUAL É REMETIDO O AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	189
3.6 O PROCEDIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO NO TRIBUNAL.....	189
3.7 AS DECISÕES MONOCRÁTICAS NO AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	189

3.8	O JUÍZO DE RETRATAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO	192
3.9	OS EFEITOS DO AGRAVO DE INSTRUMENTO E A TUTELA PROVISÓRIA RECURSAL	193
3.10	AS MATÉRIAS TRANSFERIDAS AO TRIBUNAL PELO EFEITO DEVOLUTIVO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO	193
3.11	AS ESPECIFICIDADES DAS MATÉRIAS DE FAMÍLIA E SUCESSÕES NO AGRAVO DE INSTRUMENTO	194
3.12	A PRODUÇÃO DE PROVAS NO AGRAVO DE INSTRUMENTO	196
3.13	A DECISÃO COLEGIADA DO AGRAVO DE INSTRUMENTO: A SESSÃO DE JULGAMENTO	196
3.14	A SUSTENTAÇÃO ORAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO	197
3.15	A PROLAÇÃO DA SENTENÇA E O AGRAVO DE INSTRUMENTO PENDENTE DE JULGAMENTO	198
4	O AGRAVO INTERNO	200
4.1	CONCEITO E HIPÓTESES DE CABIMENTO	200
4.2	O PRAZO DE INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO INTERNO	202
4.3	A PETIÇÃO INICIAL DO AGRAVO INTERNO: FORMA E CONTEÚDO	202
4.4	O JUÍZO EM QUE É INTERPOSTO E O JUÍZO AO QUAL É REMETIDO O AGRAVO INTERNO	202
4.5	O PROCEDIMENTO DO AGRAVO INTERNO NO TRIBUNAL	203
4.6	O PREPARO DO AGRAVO INTERNO	203
4.7	AS DECISÕES MONOCRÁTICAS NO AGRAVO INTERNO	203
4.8	O JUÍZO DE RETRATAÇÃO NO AGRAVO INTERNO	204
4.9	OS EFEITOS DO AGRAVO INTERNO E A TUTELA PROVISÓRIA RECURSAL	204
4.10	AS MATÉRIAS TRANSFERIDAS AO TRIBUNAL PELO EFEITO DEVOLUTIVO DO AGRAVO INTERNO	204
4.11	A DECISÃO COLEGIADA DO AGRAVO INTERNO: A SESSÃO DE JULGAMENTO	204
4.12	A SUSTENTAÇÃO ORAL NO AGRAVO INTERNO	204
4.13	O AGRAVO INTERNO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL OU IMPROCEDENTE	205
5	OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	207
5.1	CONCEITO E HIPÓTESES DE CABIMENTO	207
5.1.1	A obscuridade (CPC, art. 1.022, I, primeira frase)	208
5.1.2	A contradição (art. 1.022, I, segunda frase)	208
5.1.3	A omissão (CPC, art. 1.022, II)	209
5.1.3.1	A omissão quanto ao direito e ao valor dos honorários de advogado (CPC, art. 85, § 18)	211
5.1.4	O Erro material (art. 1.022, III)	211
5.1.5	Outras hipóteses de cabimento dos embargos de declaração	211
5.2	O PRAZO DE OPOSIÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	212
5.3	A PETIÇÃO INICIAL DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: FORMA E CONTEÚDO	213
5.4	O JUÍZO EM QUE SÃO INTERPOSTOS E O JUÍZO AO QUAL SÃO REMETIDOS OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	213
5.5	O PROCEDIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	214
5.6	A DESNECESSIDADE DE PREPARO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	214

5.7	AS DECISÕES MONOCRÁTICAS NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	214
5.8	OS EFEITOS DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E A TUTELA PROVISÓRIA RECURSAL.....	215
5.8.1	As consequências projetadas pelo efeito modificativo sobre outro recurso interposto.....	216
5.9	AS MATÉRIAS TRANSFERIDAS AO ÓRGÃO JULGADOR PELO EFEITO DEVOLUTIVO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	217
5.10	A DECISÃO COLEGIADA DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: A MESA DE JULGAMENTO.....	217
5.11	FUNGIBILIDADE ENTRE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E AGRAVO INTERNO.....	218
5.12	A SUSTENTAÇÃO ORAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	218
5.13	OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO MANIFESTAMENTE PROTETATÓRIOS.....	219

parte III

	os sucedâneos recursais e as ações autônomas de impugnação.....	223
--	---	-----

1	OS SUCEDÂNEOS RECURSAIS E AS AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO.....	224
	NOÇÕES GERAIS.....	224
2	OS SUCEDÂNEOS RECURSAIS.....	226
2.1	A CORREIÇÃO PARCIAL.....	226
2.2	O PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO.....	227
3	AS AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO.....	230
3.1	O <i>HABEAS CORPUS</i>	230
3.1.1	<i>Habeas corpus</i> repressivo x <i>habeas corpus</i> preventivo.....	231
3.1.2	A competência para processamento e julgamento do <i>habeas corpus</i>	232
3.1.3	O procedimento do <i>habeas corpus</i>	232
3.1.4	A ampliação das hipóteses de cabimento do <i>habeas corpus</i>	234
3.1.5	O <i>habeas corpus</i> nas ações de família e sucessões.....	236
3.2	A AÇÃO ANULATÓRIA DE PARTILHA AMIGÁVEL.....	243
3.2.1	Hipóteses de cabimento da ação anulatória de partilha amigável.....	243
3.2.2	O procedimento da ação anulatória de partilha amigável.....	245
3.2.3	Ação anulatória de partilha amigável x Ação rescisória de partilha julgada.....	246
3.2.4	Ação anulatória de partilha amigável x Ação anulatória de atos de disposição de direitos.....	247
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	251